



# Movimentos docentes diante do avanço de políticas neoliberais: questões ‘praticoteóricas’ das pesquisas com os cotidianos

Movimientos docentes ante el avance de las políticas neoliberales: preguntas ‘práctico-teóricas’ de investigación sobre la vida cotidiana

Teaching Movements in the Face of the Advance of Neoliberal Policies: ‘Practical-Theoretical’ Questions of Research on Everyday Life

SANTOS, Joana Ribeiro dos<sup>1</sup>, CASTRO, Maria Cecília<sup>2</sup> y ROCHA, Renata<sup>3</sup>

Santos, J. R., Castro, M. C. y Rocha, R. (2026). Movimentos docentes diante do avanço de políticas neoliberais: questões ‘praticoteóricas’ das pesquisas com os cotidianos. *RELAPAE*, (24), pp. 43-54.

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir os avanços das políticas neoliberais que, nas últimas décadas, têm impactado diretamente diversos âmbitos da sociedade, inclusive a educação. O capital privado tem entrado fortemente na administração da educação pública, afetando os processos de ‘aprendizagemensino’ e o ‘fazersaber’ docente. Nesse contexto, discutindo tal interferência a partir das pesquisas com os cotidianos, utilizando as conversas como metodologia e dialogando com autores como Certeau (2012), Alves (2019) e outros, o texto apresenta três movimentos organizados por docentes brasileiros nos últimos anos, sendo um a nível federal e dois a nível municipal (Rio de Janeiro e São Gonçalo), que buscam fazer frente à retirada de direitos trabalhistas, à pressão pelo alcance de metas relacionadas a desempenho estudantil, ao aumento das demandas burocrática e administrativa em detrimento das práticas pedagógicas, à política de controle do exercício docente etc. Tais movimentos, embora não necessariamente vitoriosos em todas as suas reivindicações, revelam que é nos cotidianos, tanto das escolas como dos movimentos sociais, onde se criam práticas possibilitadoras de novas realidades. O texto discute, ainda, a importância de instituições, a exemplo dos sindicatos, dialogarem mais com os/as docentes que são/estão cotidianamente impactados/as pelos avanços dessas políticas neoliberais, produzindo coletivamente muitas formas de luta social. Enfatizando a complexidade dos movimentos sociais, entendidos como tessituras que se dão nos subterrâneos para, então, ganharem força em momentos imprevisíveis, o artigo defende que, independente de seu resultado, as experiências vividas nos movimentos grevistas produzem memórias e ‘conhecimentossignificações’ que serão oportunamente mobilizados nos próprios cotidianos escolares.

**Palavras-chave:** cotidianos, movimentos docentes, políticas neoliberais, educação básica, greve

## Resumen

Este artículo busca analizar los avances de las políticas neoliberales que, en las últimas décadas, han impactado directamente en diversos ámbitos de la sociedad, incluyendo la educación. El capital privado ha influido fuertemente en la administración de la educación pública, afectando los procesos de ‘aprendizajeenseñanza’ y ‘hacersaber’ del profesorado. En este contexto, analizando esta interferencia a partir de investigaciones sobre experiencias cotidianas y el diálogo con autores como Certeau (2012), Alves (2019) y otros, el texto presenta tres movimientos organizados por el profesorado brasileño en los últimos años: uno a nivel federal y dos a nivel municipal (Rio de Janeiro y São Gonçalo). Estos movimientos buscan contrarrestar la retirada de derechos laborales, la presión para alcanzar objetivos

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil / joribeiro87@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-2186-9613>

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Brasil / mariaceciliacastro@id.uff.br / <https://orcid.org/0000-0002-2803-3432>

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Brasil / profissionalrenatarocha@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-2160-2302>

relacionados con el rendimiento estudiantil, el aumento de las exigencias burocráticas y administrativas en detrimento de las prácticas pedagógicas, y las políticas que controlan las prácticas docentes. Estos movimientos, si bien no necesariamente triunfan en todas sus demandas, revelan que es en la vida cotidiana, tanto de las escuelas como de los movimientos sociales, donde se crean prácticas que posibilitan nuevas realidades. El texto también analiza la importancia de que instituciones como los sindicatos se involucren más estrechamente con el profesorado, afectado a diario por los avances de estas políticas neoliberales, generando colectivamente diversas formas de lucha social. Enfatizando la complejidad de los movimientos sociales, entendidos como estructuras que se desarrollan de forma clandestina y cobran fuerza en momentos impredecibles, el artículo argumenta que, independientemente de su resultado, las experiencias de las huelgas generan memorias y ‘conocimientos significativos’ que se movilizarán en la vida cotidiana de las escuelas.

**Palabras Clave:** vida cotidiana, movimientos docentes, políticas neoliberales, educación básica, huelga

### **Abstract**

This article aims to discuss the advances of neoliberal policies that, in recent decades, have directly impacted various areas of society, including education. Private capital has strongly influenced the administration of public education, affecting the processes of ‘learningteaching’ and the ‘doingknowledge’ of teachers. In this context, discussing this interference based on research on everyday experiences and dialogue with authors such as Certeau (2012), Alves (2019), and others, the text presents three movements organized by Brazilian teachers in recent years—one at the federal level and two at the municipal level (Rio de Janeiro and São Gonçalo). These movements seek to counter the withdrawal of labor rights, pressure to meet targets related to student performance, increased bureaucratic and administrative demands to the detriment of pedagogical practices, and policies controlling teaching practices. Such movements, while not necessarily victorious in all their demands, reveal that it is in the everyday lives of both schools and social movements that practices that enable new realities are created. The text also discusses the importance of institutions, such as unions, engaging more closely with teachers who are daily impacted by the advances of these neoliberal policies, collectively producing many forms of social struggle. Emphasizing the complexity of social movements, understood as structures that develop underground and then gain strength in unpredictable moments, the article argues that, regardless of their outcome, the experiences of strike movements produce memories and ‘knowledgemeanings’ that will be mobilized in the daily lives of schools.

**Keywords:** daily life, teaching movements, neoliberal policies, basic education, strike

## **Iniciando nossa conversa...**

Nos últimos anos, as políticas neoliberais têm apresentado grande avanço no Brasil, impactando a educação básica do país e interferindo diretamente em ações a níveis municipal, estadual e federal que se refletem nos diversos cotidianos escolares. Tais reflexos podem ser sentidos na crescente entrada de gerenciamento privado nas instituições de ensino públicas, através de contratações para serviços terceirizados, oferta de capacitações para gestores e docentes, assim como serviços de análise de dados e produção de material.

Além disso, há o emprego de uma lógica neoliberal na própria condução das políticas relacionadas à oferta de serviços públicos, com estabelecimento de metas a serem alcançadas (e denunciadas como irreais pelos gestores de escolas), cobranças abusivas e maior exercício de controle sobre as unidades escolares e seus funcionários, através do aumento da demanda burocrática e da aplicação de formas de constrangimento e pressão sobre as equipes, resultando, inclusive, na exoneração de gestores de escolas que não alcançaram as metas estabelecidas, ainda que os mesmos tenham sido eleitos pela comunidade escolar, como ocorreu recentemente na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ, 2025).

É nesse contexto de substituição de uma gestão pública e ligada às comunidades por outras que atendem ao interesse privado e que tratam estudantes, famílias, docentes e gestores como números, que esse texto busca, não apenas denunciar tais práticas, mas contribuir, através das pesquisas *com* os cotidianos, no enfrentamento a esse avanço neoliberal, buscando apresentar diferentes movimentos de resistência na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

## **Um breve histórico dos avanços neoliberais no Brasil**

Para identificar os avanços das políticas neoliberais na educação básica brasileira, é fundamental compreender a própria ideia de neoliberalismo. O termo possui múltiplas definições e interpretações, mas, de maneira geral, refere-se a um conjunto de princípios que defendem a redução do papel do Estado na economia, a desregulamentação dos mercados e a privatização de serviços públicos. Além disso, faz-se necessário contextualizar quando e como essa ideologia foi intensificada no Brasil, impactando diversas áreas, incluindo a educação.

No final do século XX, com o Consenso de Washington, foi proposta uma série de medidas voltadas ao crescimento econômico e social dos países latino-americanos. Essas medidas derivam da adaptação do liberalismo clássico e enfatizavam a livre concorrência, a iniciativa privada, a redução das barreiras ao comércio internacional e a diminuição da intervenção do Estado na economia.

No entanto, vale destacar que, apesar da defesa da menor participação estatal, o Estado ainda desempenha um papel essencial na implementação dessas políticas, sendo seus líderes, em muitos casos, grandes beneficiários das mesmas. Antes da consolidação das decisões econômicas, é necessária a mediação política, uma vez que o neoliberalismo só pode ser aplicado por meio de normativas legais aprovadas pelo Legislativo e aplicadas pelo Executivo, caracterizando, assim, um processo de neoliberalização.

No Brasil, essas medidas começaram a ser implementadas a partir do governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, mas foram consolidadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Esse período foi marcado pela privatização de empresas estatais, pela maior abertura à entrada de indústrias estrangeiras e por um processo de desindustrialização. Como consequência, houve um aumento do desemprego, impulsionando o crescimento do trabalho informal e, conseqüentemente, da pobreza.

O período de 2003 a 2016 foi marcado por governos de frente ampla na presidência da república, com dois mandatos do presidente Lula e dois da presidenta Dilma Rousseff. Esse período se caracteriza por uma série de medidas assistenciais à população brasileira menos favorecida com o objetivo de combater as desigualdades sociais no país, mas não conseguiu conter os avanços das políticas neoliberais, inclusive na educação.

Com o golpe de Estado em 2016, o vice-presidente Michel Temer assume o governo e implementa algumas modificações que intensificam essas políticas. Segundo Cavalcanti (2017), “a sua plataforma de governo, a chamada ‘Uma ponte para o futuro’, do ponto de vista político-ideológico, apresenta-se em posição diametralmente oposta à agenda do governo anterior, do qual era integrante” (p. 140). Com o tempo, essa política foi se consolidando no mercado econômico brasileiro, resultando ainda mais na precarização do trabalho. Muitos/as trabalhadores/as, inseridos/as em

condições laborais instáveis, passaram a acreditar na ideia de empreendedorismo, mesmo enfrentando jornadas exaustivas e condições de trabalho adversas. Esse fenômeno reforça a fragilidade das relações de emprego e a intensificação da exploração da força de trabalho.

A expansão do neoliberalismo também se intensificou na educação, com justificativas de melhoria da qualidade. Alguns termos empresariais como eficácia, produtividade e a ideia de uma pseudo autonomia adentram as políticas educacionais influenciando os currículos, como a venda de programas educacionais prontos, inicialmente pensados para as redes privadas e que se estenderam para as redes públicas de ensino. Avaliações externas e controle do que deve ser ensinado se tornou sinônimo de qualidade na educação. Grandes grupos corporativos e empresariais adentram as escolas com ranqueamentos, promovendo novas concepções sobre o sistema educacional, difundindo a ideia de que a educação pública seria ineficiente devido à suposta falta de gestão e controle, e, mais, por conta da estabilidade do serviço público. Esse discurso fortaleceu a crença de que a administração privada seria mais eficaz, justificando a ampliação da participação do setor privado na educação e uma mudança no olhar voltado ao servidor público, agora entendido como “parte do problema”. O controle de parte dos serviços públicos por setores privados têm levado ao aumento dos vínculos por contratação e não por concurso público, à intensificação de políticas de redução salarial (onde reajustes deixam de ser aplicados, ainda que determinados por lei, e direitos negligenciados), à contestação da autonomia e evidente precarização das condições de trabalho docente, agora marcadas pela ampliação de jornadas de trabalho, controle do trabalho dos profissionais de educação através de aumento da demanda burocrática etc.

Paralelamente, difundiu-se o discurso de falência e má qualidade da educação pública. Justifica-se que as escolas públicas geram muitos gastos e que as/os professoras/es utilizam as escolas como ‘*espaçotempos*’<sup>1</sup> de doutrinação e imposição de ideologias a crianças e adolescentes. Nesse sentido, são frequentes as notícias falsas sobre práticas docentes que levam famílias a voltar-se contra as escolas, contribuindo para episódios de violência e de adoecimento dos profissionais de educação.

O desvio de financiamento público para setores privados, marca das políticas neoliberais, gera, conseqüentemente, o enfraquecimento do sistema público educacional. Esse processo se manifesta, também, entre outros aspectos, pela privatização de escolas-modelo em diversos estados, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Nessas regiões, algumas instituições de ensino da rede pública começaram a receber investimentos provenientes do setor privado, o que levanta questionamentos sobre a autonomia do sistema público de ensino e o desvio do financiamento público para empresas e associações (Avancini, 2024).

A Educação Básica enfrenta tempos difíceis, com a desvalorização da escola pública e dos professores, a falta de formação continuada, remuneração adequada e incentivos para uma verdadeira transformação. Esse cenário não se produziu por acaso, sendo parte de um projeto de avanço de grandes conglomerados empresariais, que prioriza seus próprios interesses em vez de uma educação de qualidade para todos/as/os/, o que agrava as desigualdades e a exclusão social e ataca e ameaça as escolas públicas, gratuitas, laicas e com a qualidade que defendemos.

### **As lutas da Educação: ‘táticas’ de ‘*praticantespensantes*’ e transformações coletivas**

Diante dos desafios apresentados anteriormente, faz-se necessários movimentos coletivos de organização e lutas para o enfrentamento das políticas neoliberais na educação. Assim, apresentaremos alguns desses movimentos nas esferas federal e municipal do Rio de Janeiro e de São Gonçalo, que trazem o protagonismo de profissionais e estudantes comprometidos com a educação que defendemos e em que acreditamos. Traremos nossas vivências diante deste panorama desafiador, entendendo a importância de ‘*fazersentirpensar*’ que “só a luta muda a vida”, conforme aprendemos nas ruas, nas salas de aulas e nos coletivos em que estamos inseridas.

Nossa perspectiva teórica-epistemológica-metodológica pretende defender os *acontecimentos*, a partir de DELEUZE (1998), não como o fato em si mesmo, mas como aquilo que se desdobra, que se metamorfoseia. Nas pesquisas *com* os cotidianos, os *acontecimentos* revelam a importância de movimentos coletivos, que possibilitam múltiplas e diferentes criações e resistências diante das tentativas hegemônicas de controle. O *acontecimento*, então, é aquilo que nos faz ir além do já conhecido e esperado; nos faz correr o risco (dos cortes salariais em casos de greve, por exemplo). O *acontecimento* na linha dos estudos com os cotidianos é aquilo que nos faz criar. Essas criações são compreendidas por Certeau (2012) como *táticas de praticantes*, termo posteriormente atualizado por Oliveira (2012), ao falar em ‘*praticantespensantes*’.

As táticas, na perspectiva metodológica dos estudos com os cotidianos, se apresentam muitas vezes a partir de conversas, nas entrelinhas entre formal e o informal, entre o oficial e não oficial. Muitas ações e criações desenvolvidas pelos *'praticantespensantes'* dos movimentos grevistas se configuram a partir do que muitas vezes é definido como menor, ou desimportante e é, justamente nas conversas, que as articulações e acordos são estabelecidos e posteriormente são oficializados e a história acontece. Assim, acreditamos que as articulações, mobilizações e movimentos de resistência são organizados em diferentes *'espaçostempos'* para além dos espaços institucionalizados, pois entendemos na impossibilidade de padronização e totalidades pois os cotidianos, inclusive os grevistas, se apresentam como produtores de múltiplos sentidos e as conversas *revelam o que se passa, mesmo quando nada aparentemente se passa* (GARCIA; MARQUES; GONÇALVES, 2018, p. 122).

Nos movimentos docentes, em luta pelos direitos profissionais, vemos a pulverização dessas táticas, de que fala Certeau (2012), quando, por exemplo, são feitas aulas públicas durante as mobilizações, passeatas, cartas à população denunciando as medidas governistas que trazem prejuízo à carreira docente e também ao processo de *'aprendizagemensino'* dos estudantes etc. Essas ações, que começam com a organização docente, estendem-se às famílias que, pessoalmente, denunciam problemas, inclusive por meios da imprensa. Vale ressaltar que as táticas são as “engenhosidades do fraco, para tirar proveito do forte” (Certeau, 2012, p. 44), estando ligadas à resistência e à criação.

O autor nos apresenta o que seriam as táticas quando afirma que

denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (...) O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. (...)” (CERTEAU, 2012, p. 46)

E, segue acrescentando que a tática

(...) opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera, é astúcia.” (CERTEAU, 2012, p. 95)

Certeau (2012, p. 45) apresenta as táticas em comparação às estratégias, ou seja, às práticas tecidas nos lugares de poder. Para o autor, as estratégias são

(...) o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.”

O autor resgata as teorias de Foucault, mas busca ir além delas, afirmando que, às ações de vigilância e disciplinas dos corpos, que podemos associar às estratégias, há um conjunto de práticas cotidianas que formam uma rede de antidisciplina. Essa rede é tecida pelas táticas, e são essas que nos interessam neste texto.

Voltando à nossa discussão, é a partir dos usos dessas táticas, que vão sendo empregadas por profissionais, estudantes e famílias, ou seja, pelos *'praticantespensantes'* que vivenciam o chamado “chão das escolas”, que torna-se possível

também perceber que esses usuários não são passivos a ponto de apenas absorver medidas políticas que são impostas. Ao contrário, eles criam formas que alteram o que foi imposto pelos lugares dominados pelos grupos de poder. Para Certeau (2012), a prática é uma “maneira de fazer”, que combina a dinâmica de estratégias e as práticas cotidianas.

Para contextualizar as narrativas e táticas de *‘praticantespensantes’* que serão aqui apresentadas, retomaremos a análise conjuntural do panorama político nacional. Em 2018, com o encerramento do governo de Michel Temer, as/os brasileiras/os vão às urnas em eleições marcadas por *fake news*, denúncias posteriormente comprovadas como caluniosas que impediriam a nova candidatura de Lula e, dessa forma, a ultradireita chega ao poder e se consolida como o pior governo do Brasil desde o período da redemocratização. O governo de Jair Bolsonaro foi marcado por práticas negacionistas e fundamentalistas que espalharam *fake news*. Ainda avançaram na retirada de direitos da classe trabalhadora, escassez de concursos públicos e queda nos investimentos em saúde, ciência, educação e cultura.

Em 2023, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, é eleito para governar o Brasil pela terceira vez, numa disputa acirrada e marcada por acusações e polarização política. Essa foi uma eleição tomada por uma enxurrada de notícias falsas, pela violência política entre apoiadores de candidatos opostos e por uma campanha deliberada contra a lisura do processo eleitoral no país encabeçada pelo então presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. Na atualidade, já foram comprovadas e julgadas articulações do governo da época para gerar dúvidas quanto à confiabilidade das urnas eletrônicas, bem como incitação de seus eleitores para que não aceitassem o resultado das eleições caso o mesmo não fosse reeleito.

Diante do agravamento da situação, da ampliação da violência política e da possibilidade de reeleição de Jair Bolsonaro, após muitas discussões, os movimentos sindicais da educação federal decidem apoiar e ajudar a eleger novamente o presidente Lula. O mesmo se deu com diversos outros setores da sociedade, formadores ou não de organizações civis, como sindicatos de outras categorias, artistas, movimentos sociais, juristas e advogados pela democracia etc.

Após vitória nas eleições, em um de seus discursos, diante de questionamentos em relação ao governo, Lula convoca as pessoas a ocuparem as ruas e a lutarem por seus direitos. Assim, entre março e junho de 2024, deflagrou-se o movimento de greve unificado da educação federal do Brasil, aprovado pelo Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), pelo Sindicato de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior (FASUBRA) e pelo Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), que representam grande parte das/os trabalhadoras/es da educação federal deste país.

Dentre as reivindicações, existiam pontos relacionados ao financiamento das universidades e escolas públicas federais, o aumento salarial dos/as trabalhadores/as, questões relacionadas ao plano de carreira, controle de ponto eletrônico, dentre outras. Diante das dificuldades de reuniões com o governo e o cumprimento da pauta de reivindicação, centenas de pessoas ocuparam as ruas, os aeroportos, as universidades, as redes sociais e os demais veículos de comunicação para publicizar a luta e refletir acerca da importância de defender a educação pública brasileira.

Conforme Alves (2019) faz questão de reforçar em conversas e textos: SOMOS A MAIOR CATEGORIA PROFISSIONAL EXISTENTE HOJE NESSE PAÍS. Por isso, ocupar as ruas é fundamental para defendermos nosso trabalho e a educação que queremos e na qual acreditamos. Além disso, Alves (2019) aponta para a importância das redes educativas para a formação docente ao defender que:

As redes educativas que nos têm ajudado a compreender os processos de formação docente são: a das ‘prácticasteorias’ da formação acadêmico-escolar; a das ‘prácticasteorias’ pedagógicas cotidianas; a das ‘prácticasteorias’ das políticas de governo; a das ‘prácticasteorias’ coletivas dos movimentos sociais; a das ‘prácticasteorias’ de criação e “uso” das artes; a das ‘prácticasteorias’ das pesquisas em educação; a das ‘prácticasteorias’ de produção e ‘usos’ de mídias; a das ‘prácticasteorias’ de vivências nas cidades, no campo e à beira das estradas (ALVES, 2019). Compreendemos que estas diversas redes de ‘prácticasteorias’, isoladamente e articuladas entre si, atuam na formação docente. As múltiplas e complexas relações de seus ‘praticantespensantes’ (OLIVEIRA, 2012), em cada uma dessas redes, estabelecem nos tantos movimentos que realizam em todas elas e entre elas estão presentes em nossa formação. Marcam a formação docente e são responsáveis – quer as compreendamos, quer não – pelas tantas diferenças que encontramos nas ‘prácticasteorias’ docentes cotidianas (ALVES, 2019, p. 115).

Com base nessa ideia, formamos e somos formadas/os coletivamente a partir das *‘prácticasteorias’* de movimentos sociais, inclusive os movimentos sindicais. Aprendemos a argumentar, a reivindicar, a ocupar diferentes *‘espaçostempos’* – seja nas ruas, assembleias, plenárias, aulas públicas, reuniões com governos e outras entidades. Garantimos a defesa da luta das/os trabalhadoras/es, defendemos a educação e os currículos que são tecidos cotidianamente nas escolas a partir de movimentos de resistência e criação. É também nas redes educativas dos movimentos sociais que entendemos que as articulações entre as macro e micropolíticas são fundamentais para essa defesa da educação.

Ao seguirmos a ideia da importância das redes educativas coletivas com os movimentos sociais, trazemos a vivência também de alguns movimentos grevistas na educação básica ocorridos nas redes municipais e estaduais do Rio de Janeiro, nos anos de 2024 e 2025. O primeiro é o movimento docente da rede municipal de educação do Rio de Janeiro (capital). Já o segundo, ocorreu no município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do estado.

Em novembro de 2024, os/as profissionais de educação da Rede Municipal do Rio de Janeiro iniciaram um movimento grevista reivindicando a retirada do Projeto de Lei Complementar 186/2024 (Rio de Janeiro, 2024), enviado pelo Prefeito Eduardo Paes (PSD) para apreciação e votação na Câmara dos Vereadores. O movimento grevista durou 12 dias, iniciando em 25 de novembro, após deliberação em assembleia promovida pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), no dia 12 de novembro, e finalizando no dia 06 de dezembro, após aprovação, na véspera, do Projeto de Lei Complementar pelo conjunto de vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

O Projeto de Lei propunha alterações no Plano de Cargos e Salários dos/as docentes e demais profissionais da Educação. Entre outras propostas, estavam previstos o fim da chamada Licença Especial, a possibilidade de fatiamento das férias, a renovação de contratos de trabalho por até 6 anos e a minutagem, ou seja, a contagem do tempo a ser trabalhado em sala de aula em minutos e não mais no que se convencionou chamar “hora-aula”.

Para melhor entendimento, vale comentar brevemente essas propostas em destaque. A Licença Especial, por exemplo, era um benefício que garantia aos servidores três meses de afastamento remunerado do serviço a cada cinco anos trabalhados sem faltas. Já acerca das férias, os profissionais de educação em regência, ou seja, que atuam em sala de aula, retiram suas férias juntamente com os alunos no mês de janeiro. No entanto, a proposta de fragmentação das férias foi entendida como possibilidade de contagem do chamado recesso escolar, gozado em julho, como parte das férias escolares, o que reduziria o descanso em janeiro, e a obrigatoriedade dos docentes trabalharem na chamada “Escola de Férias”, uma espécie de colônia de férias oferecida pela Rede Municipal de Educação, ou, ainda, terem que realizar serviços de secretaria durante o mês de janeiro. A contratação de profissionais com renovação por até 6 anos é denunciada como forma de não realização de novos concursos públicos, fora o possível impacto nas arrecadações da previdência dos servidores e uma fragilização na possibilidade de mobilização dos profissionais de educação frente às políticas da rede.

Por fim, a minutagem consiste na contagem de tempo de trabalho em minutos e não mais em “hora-aula”. Considerando que, por lei, os docentes possuem sua carga horária dividida em atividades pedagógicas realizadas em sala de aula, o que corresponde a 2/3 da carga horária total, e atividades de planejamento, estudos, correção de atividades e avaliações, atendimento a responsáveis e preenchimento de relatórios e outros documentos, o que corresponde a 1/3 da carga horária total, um docente 40 horas semanais, ou seja, que teria ao longo da semana 2.400 minutos de trabalho, deverá cumprir 1.600 minutos em sala de aula e os outros 800 minutos destinados às demais atividades. Uma vez que o tempo de aula permanece sendo de 50 minutos, esse mesmo docente terá que assumir 32 tempos de aulas semanais e 16 tempos de planejamento e afins.

Antes da aprovação do Plano de Lei Complementar, o mesmo docente que possuía 40 horas semanais cumpria 26 tempos em sala de aula e 14 tempos de planejamento. Na prática, ao não contabilizar a convencionada “hora-aula”, mas os minutos, os docentes 40 horas semanais estão trabalhando, ao longo da semana, mais 6 tempos em sala de aula, o que soma 24 tempos a mais no mês. Essa mudança não afeta apenas os docentes que possuem 40 horas semanais, mas afeta, proporcionalmente, docentes de 16 horas e 22h30 semanais. Vale destacar que a ampliação de carga horária em sala de aula acarreta perda real do tempo de planejamento, conquista dos profissionais de educação, e vem sem qualquer compensação salarial para uma categoria que denuncia falta de reajustes salariais compatíveis com as perdas inflacionárias dos últimos anos.

Em um primeiro olhar, a mudança pode não parecer tão significativa para boa parte da população. No entanto, vale destacar que, para os docentes, o aumento da carga horária efetiva em sala de aula representa mais turmas e, consequentemente, mais alunos, mais preparação de aulas, correção de atividades etc. Isso se reflete em maiores danos à saúde física e mental dos profissionais de educação, considerando que os mesmos compõem uma das categorias que mais adoece por suas condições de trabalho no país.

No município de São Gonçalo, a devastação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do Magistério Público Municipal teve início no ano de 2021 com a aprovação da pela Lei nº 1.304, após a primeira eleição do prefeito Nelson Ruas (PL), que atualmente está em seu segundo mandato. Antes mesmo da posse, e no apagar das luzes do ano letivo em curso, no dia 17 de dezembro, a câmara municipal se reuniu em sessão especial para destruir a carreira dos profissionais da educação do município, iniciando o corte por aquilo que os professores sempre defenderam como condição de existência da profissão: o direito a uma carreira.

E, dentre os muitos absurdos e retrocessos que o novo plano de carreira trouxe, na contramão do que orienta o Plano Nacional de Educação, o destaque vai para a promoção funcional dos servidores, que hoje necessitam acumular pontos sob critérios escusos para então concorrerem com colegas que ocupam o mesmo cargo, a uma vaga para a promoção. No edital de promoção funcional deste ano, 2025, na carreira de professor docente II, por exemplo, não havia vagas para a mudança da classe A para B, ou seja, ainda que o servidor conseguisse pontos dentro dos critérios e tendo a comprovação da formação necessária à promoção, foi impossível a solicitação de seu enquadramento neste ano.

Diante do cenário, os profissionais de educação do município de São Gonçalo vinham se mobilizando em movimentos grevistas com paralisações e reduções de carga horária de trabalho. No movimento reivindicatório de 2022 os profissionais conseguiram um reajuste salarial de 22% e alguns acordos travados no Ministério Público, que vêm sendo descumpridos desde então. E, desde este ano, a categoria está sem reajuste e sem a remuneração equiparada ao Piso Nacional da Educação. Vale aqui uma pausa para ressaltar que o descumprimento do pagamento do chamado Piso Salarial Nacional da Educação vem sendo uma prática de diversos governos em âmbitos municipais, estaduais e federal, contribuindo ainda mais para um quadro de precarização do trabalho docente, uma vez que o profissional é levado a trabalhar em mais lugares a fim de complementar a renda para sustento familiar.

Os movimentos em São Gonçalo se estenderam com menos força nos anos de 2023, 2024 e neste ano de 2025, quando o prefeito judicializou a greve, tornando-a ilegal e abrindo processos administrados contra grupos de professores de algumas unidades escolares, mesmo sendo constitucional o direito à greve e até inevitável, diante do cenário de descumprimento de direitos trabalhistas, como o direito a  $\frac{1}{3}$  de planejamento e ao piso nacional já citado. Os processos abertos contra alguns servidores que aderiram ao movimento grevista e não contra todos não criou uma perseguição clara ao movimento sindical, legítimo, e às suas práticas de formar e informar coletivamente os servidores quanto aos seus direitos e quanto à luta para o cumprimento do que é de direito. Essa punição seletiva é entendida como uma estratégia, nos moldes do que nos coloca Certeau (2014) quando nos fala sobre as estratégias como as ações dos lugares de poder.

Com um golpe certo de um exímio operador neoliberal a dimensão coletiva é esmagada pelos processos administrativos individualizados (direcionados a pequenos grupos de algumas unidades) e não a todos os grevistas. O medo se espalha. A justiça acata a lógica mercantilista e encerra a greve sem que os profissionais conseguissem garantir alguma das reivindicações históricas para a educação municipal de São Gonçalo, que é o piso nacional e o planejamento docente. Ilegal deixou de ser o governo que não cumpre leis e determinações trabalhistas judiciais e se tornaram ilegais as práticas dos professores, pelas facetas neoliberais.

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 186/2024 (Rio de Janeiro, 2024), as perseguições aos docentes em São Gonçalo e diversos outros ataques aos docentes em todo o país cresce o sentimento de falência do movimento grevista e acende o alerta para algumas questões que há anos vêm povoando o cotidiano dos/as trabalhadores/as e dos seus respectivos sindicatos. Por exemplo: Qual o sentido das lutas trabalhistas na atualidade? Como os movimentos sociais estão dialogando com a sociedade? Como mobilizar os/as trabalhadores/as para a luta coletiva e sindical diante das vitórias cada vez mais frequentes das políticas neoliberais?

Essas não são questões simples e de fácil resolução. Tampouco é objetivo desse texto respondê-las, mas pensar *com* elas, como provocações ao pensamento. Por essa razão, nas próximas linhas, trataremos de conversar acerca de algumas ideias que surgem nos cotidianos das escolas e dos movimentos docentes de forma a reconhecer e destacar a potência de tais movimentos, ainda que um tanto desacreditados na atualidade.

## Crenças políticas e a potência dos cotidianos

Os/as *'praticantespensantes'* dos movimentos sociais têm levantado questionamentos acerca da relevância atual dos movimentos docentes, em especial, dos movimentos grevistas, da eficácia das lutas sociais e de categorias organizadas e, em especial, do papel das lideranças sindicais, sua capacidade de negociação e, inclusive, sua capacidade de escuta em relação às demandas de suas bases. Da mesma forma, as táticas utilizadas pelas unidades sindicais não parecem atingir a população com quem os movimentos desejam dialogar e, por conseguinte, sensibilizar. Não é o objetivo desse texto responder ou solucionar tais questões, mas dialogar acerca de como os movimentos sociais, a exemplo da luta sindical, podem afetar os cotidianos dos/as próprios/as envolvidos/as.

Para iniciar esta discussão, vale dialogar com algumas ideias acerca dos movimentos sociais. Gohn (2011, p.335) descreve esses movimentos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008)”. Castells (2013, p.157), por sua vez, indica que: ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social.

No diálogo com os/as autores mencionados, é preciso considerar que qualquer movimento social parte das inquietações de um grupo que possui alguma identificação entre seus membros, por mais específica ou genérica que esta possa ser. Parte, também, da ideia de que tais inquietações não serão sanadas por aqueles/as que estão nos cargos de poder, ainda que sejam eleitos/as e, portanto, representantes da sociedade.

O “fracasso” de um movimento grevista, a exemplo do movimento dos/as profissionais de educação da Cidade do Rio de Janeiro, que regressaram às salas de aula com o Projeto de Lei Complementar aprovado, com o aumento de carga de trabalho, sem compensação salarial e sem conseguir negociar a reposição das aulas, leva ao questionamento de como fortalecer as bases da luta trabalhista. Essa é uma questão complexa para a qual talvez não haja uma resposta já articulada.

Nesse contexto de incertezas e crescente descrença, vale a pena conversar mais uma vez com Certeau (2012). O autor nos apresenta a ideia de crença não como o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o *ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não o seu conteúdo. (p. 252)

A defesa de Certeau (2012) de que crer está menos relacionado ao conteúdo que a uma disposição para engajar-se na defesa de uma ideia, um valor, uma crença nos ajuda a compreender a crise de crença nas lutas coletivas e nas esferas de organização social que observamos e vivemos atualmente. O próprio autor nos ensina que, ao longo da História, essa crença foi sendo transportada e colocada em instituições diversas: igrejas e suas religiões, governos, educação, ciência, bancos, sindicatos etc. Ou seja, é possível que a crença não esteja perdida, mas deslocada, transportada para outra esfera.

O fato de hoje haver uma dificuldade em engajar novamente os *'praticantespensantes'* nos movimentos sociais, em especial na luta sindical, pode se dar porque esses mesmos *'praticantespensantes'* foram tomados por uma descrença relacionada a múltiplos fatores. Há uma descrença latente nessa forma de luta, seja pelas perdas vividas recentemente, seja pela dificuldade de reconhecer as lideranças como verdadeiramente envolvidas no processo, ou, ainda, pela descrença nos políticos, que não cumprem acordos firmados, ou mesmo uma descrença no Poder Judiciário, que não parece, muitas vezes, considerar as demandas das categorias quando os impasses são judicializados.

Porém, se há descrença na luta sindical, onde estaria depositada agora a crença que alimenta a esperança em melhores condições de trabalho e em uma vida considerada melhor? Essa crença não parece estar exatamente na luta política, mas em outras dimensões da vida cotidiana. Por exemplo, há quem deposite suas crenças nos espaços religiosos (e em uma recompensa futura para os sacrifícios dessa vida) ou, ainda, nas promessas do chamado empreendedorismo (que também promete sucesso pessoal fora da lógica de organização dos trabalhadores), outra faceta da lógica neoliberal.

O avanço das políticas neoliberais e a precarização cada vez maior das condições de trabalho nos esgotam ao ponto de já não mais vislumbrarmos saídas pela luta coletiva. Cada vez mais os processos de mudança estão associados a processos individualizados e à crença de que o sucesso está relacionado à organização pessoal e individual dos sujeitos. A precarização do trabalho leva a uma falta de tempo, inclusive, para as trocas coletivas e a um desânimo frente a punições que se possa sofrer a curto prazo (descontos por greves, processos administrativos etc.)

Diante desse processo, como fazer para resgatar a crença na luta docente? Seriam as mudanças nas lutas sindicais? Seria possível resgatar esse modelo de luta coletiva sob novas perspectivas? Como recuperar a crença na possibilidade de vitórias concretas a partir da luta trabalhista?

Como já dissemos, não há respostas definitivas para tais questões. No entanto, gostaríamos de destacar três ideias já tratadas no texto, mas que nos parecem essenciais. A primeira é a lembrança de que os cotidianos escolares, que configuram o “chão das escolas”, são repletos de táticas que os *‘praticantespensantes’* tecem todos os dias. São as conversas nas salas dos professores, articulações com a comunidade escolar, denúncias acerca das condições de trabalho, recusa em transformar a educação em corrida para atingir metas etc. essas práticas que se tecem proporcionam pequenos movimentos e engajamentos coletivos, por menores que pareçam. Essas táticas, ainda que miúdas, fazem parte da criação de possibilidades, de caminhos outros, de linhas de fuga e de criação.

A segunda é a afirmação de que tudo o que foi tecido nos movimentos docentes anteriores, ainda que não tenham sido, a um olhar mais superficial, exitosos, fica como parte de uma memória. Se as táticas não acumulam em bens, acumulam em memórias de práticas. Essas memórias tornam-se repertórios para que novas táticas sejam tecidas em momento oportuno. Os movimentos sociais, aqui destacando-se os movimentos docentes, são redes de *‘conhecimentossignificações’*, redes que formam professores.

A terceira e última afirmação é a de que os movimentos se tecem no subterrâneo, nos *‘fazeressaberes’* cotidianos para então emergirem. São *acontecimentos*. *‘Praticantespensantes’* jogam no lugar do outro, do poder, aproveitando brechas, momentos oportunos. É preciso, pensando na luta trabalhista coletiva, estar atento e saber mobilizar quando esse momento se apresenta. Como nos disse Certeau, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2012, p. 38). Estejamos prontos para caçar.

### **Caminhando para o fim do texto, pensando em conversas outras...**

Houve um tempo em que minha janela se abria para um chalé. (...)

Houve um tempo em que a minha janela dava para um canal. (...)

Houve um tempo em que a minha janela se abria para um terreiro (...)

Houve um tempo em que a minha janela se abria sobre uma cidade que parecia feita de giz. (...)

Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas (...) E eu me sinto completamente feliz.

Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

(C. Meireles, s/d.)

Ao nos atrever com todos os sentimentos, como nos convida Cecília Meireles, somos chamados a observar todos os nossos sentidos na criação de novas possibilidades para a educação. A poeta, ao descrever as paisagens que surgem diante de suas janelas, nos lembra da importância das criações com as experiências que nos cercam, de absorver as emoções, os sons, os cheiros e as cores que constituem as realidades de cada *‘praticantepensante’*. Ao fazer isso, podemos perceber o que está “oculto”, as nuances que muitas vezes passam despercebidas, e as complexidades que moldam cada vivência. Ao nos entregarmos aos nossos sentidos e acolhermos todas as emoções e realidades que elas trazem, podemos criar novos caminhos para a educação, onde todos tenham acesso a uma formação que respeite as especificidades de cada contexto, promovendo um ambiente de transformação genuína, inclusivo e acessível a todos.

Nesse momento, e pensando nas questões levantadas ao longo do texto, talvez nossa contribuição possa ser ressaltar que as bases de um movimento de luta são tecidas nos cotidianos. É preciso disputar esses espaços e questionar, junto às comunidades, a imagem criada nos últimos anos acerca dos/as profissionais de educação, vistos por parte da população como aqueles/as que não gostam de trabalhar, que não possuem formação adequada ou que são doutrinadores/as políticos/as. Se as categorias ligadas à Educação, que estão todos os dias em contato com a

população, que tecem relações de afeto com as comunidades, que são, muitas vezes, referência de cuidado com as crianças e jovens etc., não têm tido sucesso nessa articulação, novas táticas precisam ser pensadas.

Outro lembrete importante a ser feito é que os movimentos sociais são redes educativas, ou seja, nelas são tecidos ‘*conhecimentossignificações*’ importantes para que sigamos; são, portanto, ‘*espaçostempos*’ de formação. O que os movimentos sociais produzem gera agenciamentos múltiplos e imprevisíveis, ‘*saberesfazeres*’ que alteram nossa prática cotidiana, ainda que pareçam fracassados.

Uma vez que as insatisfações permanecem, que as políticas neoliberais parecem avançar cada vez mais e o diálogo com a sociedade se mostra cada dia mais desafiador, é retornando ao subterrâneo dos cotidianos, resgatando e cultivando os ‘*saberesfazeres*’ tecidos nos movimentos sociais e nos espaços escolares que novas táticas possíveis serão criadas. É preciso esperar, criar, viver os cotidianos. A política se faz nos gabinetes, mas também nas ruas, em assembleias, nas salas de professores/as, nas entradas de escola em uma conversa com a comunidade. Ela se faz nos subterrâneos e, sem muita explicação, de repente, explode em novas possibilidades.

Por fim, vale encerrar essa parte do texto ressaltando a característica caótica dos movimentos sociais como potência de ruptura e criação do novo. Para melhor compreensão da ideia de “caos”, Deleuze e Guattari o colocam como:

[...] um vazio que não é um nada, mas um virtual, contendo todas as partículas possíveis e suscitando todas as formas possíveis que surgem para desaparecer logo em seguida, sem consistência nem referência, sem consequência. [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 139)

Que saibamos fazer “uso” desse caótico dos movimentos a nosso favor, criando táticas cotidianas e subterrâneas de enfrentamento às políticas neoliberais que tanto têm atingido a Educação e seus profissionais. Que saibamos também, a partir dessas criações cotidianas tecer novas formas de luta, seja nas escolas, nas articulações sindicais, nas ruas.

## Referencias bibliográficas

Alves, N. (2019). Sobre as redes educativas que formamos e que nos formam. En N. Alves, *Práticas pedagógicas em imagens e narrativas: Memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje* (pp. 115–133). Cortez.

Avancini, M. (2024, 18 de novembro). Privatização da escola pública: As experiências de Minas Gerais e Paraná. *Revista Educação*. <https://revistaeducacao.com.br/2024/11/18/privatizacao-gestao-escolas-publicas/>

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet* (C. A. Medeiros, Trad.). Zahar.

Cavalcanti, B. M., & Venerio, C. M. S. (2017). Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. *Revista de Informação Legislativa*, 54(215), 139–162.

Certeau, M. de. (2012). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer* (E. F. Alves, Trad.). Vozes.

Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos* (E. Araújo, Trad.). Escuta.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O que é a filosofia?* (3.<sup>a</sup> ed.). Editora 34.

Desidades. (2023). Privatização do ensino público no Brasil e movimentos de resistência dos estudantes. [https://desidades.ufrj.br/open\\_space/privatizacao-do-ensino-publico-no-brasil-e-movimentos-de-resistencia-dos-estudantes/](https://desidades.ufrj.br/open_space/privatizacao-do-ensino-publico-no-brasil-e-movimentos-de-resistencia-dos-estudantes/)

SEPE-RJ. (2025, 29 de setembro). *Direções de escolas são exoneradas na rede municipal do Rio de Janeiro após contratação da empresa “Falconi Consultores SA”*. <https://seperj.org.br/direcoes-de-escolas-sao-exoneradas-na-rede-municipal-do-rio-de-janeiro-apos-contratacao-da-empresa-falconi-consultores-sa/>

Garcia, A., Gonçalves, R., & Rodrigues, A. (2018). A conversa como princípio metodológico para pensar a pesquisa e a formação docente. En T. Ribeiro, R. de Souza, & C. S. Sampaio (Orgs.), *Conversa como metodologia de pesquisa: Por que não?* (p. 122). Ayvu.

Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333–361.

Prefeitura de São Gonçalo. (2021, 17 de dezembro). *Lei n.º 1.304, de 17 de dezembro de 2021. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal e Servidores da Educação.*

Mordente, G. V. (2024). Neoliberalismo escolar: Subjetivações submissas da educação brasileira. *Olhar de Professor*, 27, 1–25.

Oliveira, I. B. de. (2012). Currículos e pesquisas com os cotidianos: O caráter emancipatório dos currículos "praticadospensados" pelos "praticantespensantes" dos cotidianos das escolas. En C. E. Ferraço & J. M. Carvalho (Orgs.), *Currículos, pesquisas e conhecimentos e produção de subjetividades* (pp. 47–70). DP et Alli.

Partido dos Trabalhadores. (2025). *Ninguém cuidou da educação como o PT: Lembre-se de 18 ações na área.* <https://pt.org.br/ninguem-cuidou-da-educacao-como-o-pt-lembrar-18-acoes-na-area/>

Universidade Federal de Santa Maria. (2025). *Sociedade neoliberal, educação e serviço de mercado.* <https://www.ufsm.br/midias/arco/sociedade-neoliberal-educacao-servico-mercado>

Fecha de recepción: 1-10-2025

Fecha de aceptación: 12-12-2025